



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA A REALIZAR NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2018

Antes da Ordem do Dia a Câmara deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Vereadores Senhores Eng.º Sérgio Manuel Nobre Marcelino e Dr. Américo Manuel Machado Gegaloto, o primeiro por se encontrar, em representação desta Câmara Municipal, no funeral do Senhor António Inácio Narciso, que exerceu o cargo de Presidente da Direção da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, entre os anos de 1997 e 2008 e que foi Mandatário da CDU para o Concelho de Sesimbra nas últimas Eleições Autárquicas, e o segundo por motivos profissionais.

Ainda antes da Ordem do Dia, foi presente a Moção subscrita pelo Senhor Presidente, subordinada ao tema “Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível – art.º 153.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018”, que a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e cujo texto se passa a transcrever:

“A Câmara Municipal de Sesimbra assumiu, nos últimos anos, com o sentido de responsabilidade que impõe a necessidade de prevenir os fogos florestais, a tarefa de assegurar, atempadamente, a limpeza das redes secundárias das faixas de gestão de combustível em terrenos rurais, florestais e urbanos de forma a minimizar os riscos de incêndio e outros, trabalho que, no nosso concelho, tem sido realizado com significativo sucesso.

Tal objetivo tem sido perseguido com base no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos e no Decreto-Lei n.º 124, de 2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76 de 2017, de 17 de Agosto (Lei de Base de Proteção Civil) nos quais se determina, que os proprietários têm de manter limpos os seus terrenos. Caso não façam periodicamente esta limpeza, a Câmara Municipal pode tomar posse administrativa dos terrenos, limpá-los e, posteriormente, aplicar uma coima pelo incumprimento da Lei e do regulamento mencionados e cobrar coercivamente os custos associados à operação.

A notificação dos proprietários é dificultada, principalmente, pela ausência de um cadastro atualizado da propriedade rural e urbana e pela obrigatoriedade de as autarquias pagarem elevadas taxas pela obtenção de informação cadastral que, muitas vezes, de pouco serve devido à desatualização da informação. Noutros casos, por processos judiciais de insolvência dos proprietários, não é possível obter as necessárias autorizações dos tribunais em tempo útil para se proceder à limpeza.

Apesar das dificuldades, a Câmara Municipal de Sesimbra tem promovido, no estrito cumprimento da lei e do regulamento municipal, várias intervenções de limpeza em terrenos onde não foi possível identificar o proprietário ou onde, depois de feitas as notificações regulamentares, não houve qualquer limpeza, colocando assim em risco quem habita as áreas onde se situam tais terrenos.

Perante esta realidade, que é comum a muitos municípios portugueses, torna-se incompreensível, injusta e impraticável a imposição pelo Governo, com base numa



disposição constante no Orçamento de Estado para 2018, constante no artigo 153º da Lei do Orçamento, da obrigatoriedade de as autarquias procederem à limpeza destas faixas de gestão de combustível para minimizar o risco de incêndio, sob pena de, não o fazendo, lhes ser retida uma verba correspondente a 20 por cento das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Associada a esta ameaça surge a promessa de disponibilização de uma linha de crédito no valor de 50 milhões de euros para financiar estas operações, verba manifestamente insuficiente para um universo de 308 municípios. Acresce a esta insuficiência financeira a mais do que provável falta de empresas qualificadas para realizar todo o trabalho que há por fazer.

Mais injusta ainda se torna esta imposição quando se sabe que o Poder Central, ao longo de décadas, se demitiu de fazer a gestão destas faixas de combustível, assim como não promoveu a atualização do cadastro da propriedade florestal, rural e urbana, fator que muito dificulta os procedimentos legais necessários à limpeza dos terrenos. Por outro lado, o Estado, através do ICNF, tem as necessárias competências para promover estas operações de limpeza, ao invés de querer transferir mais este ónus apenas para as autarquias locais.

O problema da limpeza dos terrenos e do ordenamento do território é central no que diz respeito à prevenção de incêndios. A sua solução não pode nem deve, contudo, ser transferida para as autarquias sem critério e com a ameaça de penalizações financeiras gravosas.

A Câmara Municipal de Sesimbra manifesta, assim, a sua total, discordância com esta imposição do Poder Central, que, desta forma, ignora todo o trabalho feito por muitos municípios nesta matéria, e sugere que seja encontrada uma solução para este problema que não implique uma injusta e imoral penalização das autarquias.

A Câmara Municipal de Sesimbra continua, contudo, a manifestar a sua total disponibilidade para resolver, no que estiver ao seu alcance e for legalmente viável, os problemas de limpezas de faixas de combustível na área do seu território, em conjugação com os municípios vizinhos, com quem partilhamos um Gabinete Técnico Florestal no âmbito do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.”

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

A Câmara tomou conhecimento da seguinte correspondência:

1. Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a enviar **para conhecimento e divulgação a resposta à pergunta colocada ao Ministério do Ambiente sobre a “Situação da Amarsul – distrito de Setúbal”**. (SGD 1.518/18)
2. Email também do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a enviar, duas **perguntas** da Senhora Deputada Paula Santos, da Direção daquele Grupo Parlamentar, **ao Governo sobre “Implementação da Resolução da Assembleia da República n.º 151/2017, de 17 de Julho - medidas para assegurar o acesso dos habitantes de bairros ou núcleos de habitações precárias a serviços e bens essenciais”**. (SGD 1.539/18)



3. Email ainda do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a enviar a **“Declaração Política**, proferida no dia 04 do corrente, na Sessão Plenária da Assembleia da República, por parte do Deputado Bruno Dias, subordinada à epígrafe **“Dos CTT ao Setor dos Transportes, a Degradação dos Serviços Públicos tem de ser Travada!”**. (SGD 1.530/18)

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Foram apreciados os seguintes:

1. Viabilidade de construção de 5 moradias – pedido de informação prévia – informação favorável condicionada – Altinho de S. João – Sesimbra – Maria Isabel Oliveira e João Oliveira **(SGD 01/18DGPU - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
2. Viabilidade de construção de edifício de habitação multifamiliar – pedido de informação prévia – informação desfavorável – Charneca da Cotovia – Banco BILBAO VIZCAYA Argentaria (Portugal) SA
(SGD - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Não apreciado.**
3. Obras novas – construção de moradia, piscina, anexo e muro – licenciamento – Rua do Sol Poente – Lagoa de Albufeira – Luís Guerra
(SGD 1165/18 - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
4. Obras novas – construção faseada de condomínio de 9 moradias e muros – 1.ª fase de execução – licenciamento – lote 1 – Caixas – Edifícios Atlântico, SA
(SGD 02/18DGPU - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
5. Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 10/86 – lote 4 – Quintola da Maçã – Diogo Mata
(SGD 03/18 - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
6. AUGI 37 da Lagoa de Albufeira – receção definitiva – rede viária e sinalização, água, águas residuais, eletricidade, ITUR, RSU, arranjos exteriores, gás e toponímia – Administração da AUGI 37 da Lagoa de Albufeira
(SGD 1.031/18PMAUGI - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
7. AUGI 38 da Lagoa de Albufeira – receção definitiva – rede viária e sinalização, água, águas residuais, eletricidade, ITUR, RSU, arranjos exteriores e toponímia – Administração da AUGI 38 da Lagoa de Albufeira
(SGD 1.027/18PMAUGI - Vice-Presidente/Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



PESSOAL

1. Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP) – reconhecimento **(SGD 990/18 - Presidente/Recursos Humanos)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Foram tomadas mais as seguintes deliberações:

1. Saneamento da Freguesia do Castelo – fecho do subsistema SAR Lagoa/Meco – sistema Zambujal Sul/Poente – minuta do contrato – aprovação
(SGD 709/18 - Presidente)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
2. Saneamento da Freguesia do Castelo – fecho do subsistema SAR Lagoa/Meco – rede de coletores Azoia/Pinheirinhos – coordenador de segurança – nomeação – ratificação (Presidente) **(SGD 746/18 - Presidente)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
3. Saneamento da Freguesia do Castelo – fecho do subsistema SAR Lagoa/Meco – rede de coletores Azoia/Pinheirinhos – fiscalização da empreitada – composição – alteração da deliberação 20.Dezembro.2017 – ratificação (Presidente) **(SGD 754/18 - Presidente)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
4. Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros – condições contratuais – envio à Assembleia Municipal
(SGD 962/18 - Vereador Finanças e Património)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
5. Contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante de 1 milhão e duzentos mil euros destinado a financiar a aquisição de equipamento circulante – consulta às instituições bancárias **(SGD 971/18 - Vereador Finanças e Património)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
6. Contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante de 1 milhão e duzentos mil euros destinado a financiar a aquisição de equipamento circulante – análise de propostas e elaboração do relatório do júri – nomeação **(SGD 981/18 - Vereador Finanças e Património)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
7. Grutas Senhora do Cabo, Atividades Turísticas, SA – alienação – envio à Assembleia Municipal **(SGD 1164/18 - Presidente)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
8. Bandeira Azul da Europa'2018 – praias do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa de Albufeira/mar – candidaturas – submissão – aprovação
(SGD 543/18 - Presidente - Turismo)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



9. Carnaval'2018 – estabelecimentos comerciais do concelho de Sesimbra – **restauração e bebidas** – alargamento dos limites de horário de funcionamento
(SGD 568/18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
10. Carnaval'2018 – delimitação de espaços para o exercício de venda ambulante durante e no local do evento – composição da comissão – nomeação **(SGD 939/18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
11. Mercado Municipal de Sesimbra – arrematação em hasta pública do direito à ocupação da banca n.º 32, destinada à venda de produtos hortofrutícolas – ato público – comissão – nomeação **(SGD 1028/18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
12. Mercado Municipal da Quinta do Conde – arrematação em hasta pública do direito à ocupação da banca n.º 14, destinada à venda de charcutaria – ato público – comissão – nomeação **(SGD1040 /18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
13. Mercado Municipal da Quinta do Conde – arrematação em hasta pública do direito à ocupação da banca n.º 43, destinada à venda de peixe e marisco – ato público – comissão – nomeação
(SGD 1042/18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
14. Serviço de Guarda Noturno – Quinta do Conde – delimitação das zonas – alteração da deliberação de 04.Agosto.2017 **(SGD 1.069/18 - Vereador- Proteção Civil e Segurança)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
15. Agrupamentos de Escolas – conselhos gerais – 2018/2021 – representantes da Autarquia – designação **(SGD 369/18 - Vice-Presidente - Educação)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
16. Transportes Escolares – alunos que frequentam estabelecimentos de ensino fora da área do Município – aquisição direta – comparticipação mensal – Janeiro a Julho de 2018 **(SGD 19.892/17 - Vice-Presidente - Educação)**
Deliberação: **Não apreciado.**
17. Obra de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita na Rua Francisco Almeida, lote 2632 – Quinta do Conde – candidatura no âmbito do RMARH – subsídio – Aida Gomes **(SGD 788/18 - Vice-Presidente - Ação Social)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



18. Obra de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita na Avenida dos Aliados, lote 2026 – Quinta do Conde 2 – candidatura no âmbito do RMARH – subsídio – João Pereira
(SGD 644/18 - Vice-Presidente - Ação Social)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
19. Obra de ligação ao ramal de esgoto – habitação sita na Rua do Boeiro, n.º 33 – Pedreiras – candidatura no âmbito do RMARH – subsídio – Maria Emília Procópio
(SGD 879/18 - Vice-Presidente - Ação Social)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
20. Implementação, Gestão e Desenvolvimento do CIPA-Centro de Inovação e Participação Associativa – protocolo celebrado entre o Município e o MGBOS – subsídio eventual
(SGD 187/18 - Presidente - Juventude)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
21. Agrupamentos de Escolas – material didático, limpeza, expediente, telefone, equipamento informático e prolongamento de horário – 2017 – inclusão da EB N.º 2 da Quinta do Conde no que respeita ao Ensino Pré-Escolar – subsídio – retificação da deliberação de 09.Maio.2017 **(SGD 1.083/18 - Vice-Presidente - Educação)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
22. Agrupamentos de Escolas – material didático, limpeza, expediente, telefone, equipamento informático e prolongamento de horário – 2018 – subsídios
(SGD / - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: **Não apreciado.**
23. Projeto “Natal é Onde as Escolas Quiserem” – Agrupamentos de Escolas Conselhos Gerais, Associação Tom da Terra, Associação Externato de Santa Joana e Casa do Povo de Sesimbra – subsídios eventuais **(SGD 217/18 - Vice-Presidente - Educação)**
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
24. GRES Saltaricos do Castelo – obras de remodelação no edifício sede – subsídio eventual
(SGD 876/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
25. GRES Bota no Rego – aquisição de instrumento (saxofone barítono) – subsídio eventual
(SGD 885/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
26. GRES Unidos de Vila Zimbra – enterro do bacalhau’2018 – subsídio eventual
(SGD 2105/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
27. Carnaval’2018 – Cegada do Zambujal – subsídio eventual
(SGD 1116/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**



28. Grupo Desportivo de Sesimbra – modalidades de badminton, futebol, hóquei em patins, natação e voleibol – contratação de técnicos – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – subsídio mensal
(SGD 19.799/17 - Presidente - Desporto)
 Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**
29. Clube de Lutas do Bastos – modalidades lutas amadoras – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – subsídio mensal (acerto)
(SGD 280/17 - Presidente - Desporto)
 Deliberação: **Aprovado, por unanimidade.**

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS – PELOURO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E OBRAS MUNICIPAIS

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Do Gabinete Municipal de Ambiente e Sustentabilidade a enviar, na sequência da 1.ª reunião, realizada no dia 05 de Dezembro de 2017, com a Comissão Consultiva de “Elaboração do Programa Especial do Parque Natural da Arrábida, no Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, a ata da referida reunião sobre o assunto. **(SGD 48.921/17)**
- Do Gabinete de Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras a informar que a empreitada obra de “**Conclusão da Construção da Escola EB1/JI de Sampaio**” está em condições para se proceder à 3.ª liberação da caução. **(SGD 977/18)**
- Do Gabinete de Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras a informar que a empreitada obra de “**Saneamento da Freguesia do Castelo – Execução das Redes de Drenagem do Concelho de Sesimbra – Lagoa de Albufeira – 2.ª fase – Intercetor Norte e da Sachola e Avenidas do Casalão, Alcaide, Pinheiros e Acácias**” está em condições para se proceder à 3.ª liberação da caução. **(SGD 932/18)**

INFORMAÇÕES – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE

A Câmara tomou conhecimento dos:

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 04 a 18 de Janeiro de 2018 (zona 5 e 3).
- Despachos de gestão urbana – zona oriental de 05 a 11 de Janeiro de 2018.

INFORMAÇÕES DA VICE-PRESIDENTE – OUTRAS – PELOUROS DA EDUCAÇÃO, CULTURA E BIBLIOTECAS

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Divisão de Educação e Desporto dando conta do email **Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020** que envia a notificação da aprovação da candidatura n.º LISBOA-07-5673-FEDER-000066, designada por “**Ampliação das Infraestruturas do Ensino Pré-Escolar e Básico na Quinta do Conde – EB 2 Quinta do Conde**”. **(SGD 50.947/17)**
- Da Divisão de Cultura e Bibliotecas a enviar o **relatório do “Projeto Bibliotecas de Praia e de Jardim – Verão’2017”**. **(SGD 20.078/17)**
- Da Divisão de Cultura e Bibliotecas a enviar o **relatório do “Projeto Falar de ...Como Viajar pelo Nosso Mundo”**. **(SGD 20.082/17)**
- Da Divisão de Cultura e Bibliotecas a enviar o **relatório do “Projeto Espaço Aqui Brincamos Todos”**. **(SGD 20.084/17)**



INFORMAÇÕES DO VEREADOR – PELOURO DAS FINANÇAS E PATRIMÓNIO

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a **relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços como fundo de manei**o, durante o mês de Dezembro'2017. (SGD 548/18)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção do público:

- Interveio a **Senhora D. Catarina Francês**, residente na Aldeia do Meco, na qualidade de filha da proprietária da Quinta das Salamandras, para saber do ponto de situação da questão por si levantada, em reuniões camarárias anteriormente realizadas, acerca do “Encerramento da Estrada da Fonte da Barrada”, a qual dá acesso à referida propriedade. Depois solicitou que a Câmara Municipal, enquanto a questão da Estrada da Fonte da Barrada não estivesse resolvida, ordenasse aos competentes serviços que arranjassem a Estrada que lhe permite aceder à sua propriedade.

As questões suscitadas pela Senhora D. Catarina Francês foram devidamente esclarecidas pela Senhora Vice-Presidente.